



Número: **0803483-61.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **31/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 843,75**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
BERNADETE CONSTANTINO DUTRA (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18944 176	31/01/2019 14:26	Petição Inicial	Petição Inicial
18944 199	31/01/2019 14:26	BERNADETE CONSTANTINO DUTRA...	Outros Documentos
18944 205	31/01/2019 14:26	BERNADETE CONSTANTINO DUTRA	Outros Documentos
19045 971	12/02/2019 12:47	Despacho	Despacho
32060 427	04/07/2020 20:49	Mandado	Mandado
33338 410	18/08/2020 16:31	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado
33340 077	18/08/2020 16:31	Mandado de Citação Bradesco Seguro João Pessoa	Devolução de Mandado

ANEXO



Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

98819-6037

NOME Bernadete Constantino Dutra TELEFONE 98744-7542

ESTADO CIVIL Casada PROFISSÃO apostada

CPF 713.331-004-00 RG 2.006.689 ENDEREÇO Av. João

Fernando de Lima, 112, Centro - Alagoinha - PB

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, e ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa - PB, 20 de dezembro de 2018

(OUTORGANTE)

Bernadete Constantino Dutra

Dutra



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.006.689 -2 VIA DATA DE EMISSÃO 10/04/2012

NOME BERNARDETE CONSTANTINO DUTRA

FILIAÇÃO MANOEL CONSTANTINO DA SILVA

MARIA AVELINO SOBRINHO

NATURALIDADE ALAGOA NOVA-PB

DOC ORIGIN. CASAM N. 3369 FLS. 144 LIV. 31

CARTÓRIO GUARABIRA-PB

CNPJ 713.331.004-00

DATA DE NASCIMENTO 25/09/1934

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 2006/03

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA DE IDENTIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RECEBEMOS DE 65 ANOS DE 17/04/2012

CARTeira DE IDENTIDADE

32.48



COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
24 SET. 2018
PROTOCOLO
DE AÇÃO PESSOA

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196
Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Jul / 2018
Apresentação 27/07/2018
Data prevista da próxima leitura 28/08/2018
CPI/ CNPI/ RANI 719.331.004-00

UC (Unidade Consumidora): 5/434407-3
Canal de contato

Anterior **Atual** **Consumo** **Dias**

Demonstrativo

Consumo em kWh: 68.90
Valor em R\$: 14.32
Consumo em kWh: 68.90
Valor em R\$: 14.32

Atualização Monetária 05/2018
0809 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/2018
0808 MULTA 05/2018
0804 JUROS DE MORA 05/2018
0801 Adic. B. V. juros

LANÇAMENTOS E SERVIÇOS
0.72 0.00 0 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00
1.52 0.00 0 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00
1.38 0.00 0 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00

CCl Código de Classificação de Etm
TOTAL 75.51 11.80 17.67 11.90 0.77 3.58

VENCIMENTO 03/08/2018
TOTAL A PAGAR R\$ 75,51

Histórico de Consumo (kWh)
109 | 88 | 89 | 66 | 71 | 85 | 83 | 66 | 65 | 64 | 105 | 83
Jul/17 | Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18 | Fev/18 | Mar/18 | Abr/18 | Mai/18 | Jun/18

Indicadores de Qualidade
Limites Aparente Limite de Tensão (V)
D.C. Mensal 14.53
D.C. Trimestral 28.08
D.C. Anual 42.12
D.M.C. 4.12
D.M.C. 12.22

ATENÇÃO
Faturas em atraso

Valor devido por 5/2018 R\$ 75,51

Diferencial
Valor (R\$) Valor (%)
Consumo Diferencial 17.67 23.53
Consumo Diferencial 11.90 15.83
Consumo Diferencial 0.77 1.03
Consumo Diferencial 3.58 4.78
Consumo Diferencial 0.00 0.00



CERTIDÃO

Nº. 0878/2018

Atendendo solicitação de MARIA CINHIA GRILO DA SILVA de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação da Ficha de atendimento ambulatorial Nº102212 e Prontuário nº 2018.02.1687, pertencentes a BERNADETE CONSTANTINO DUTRA que foi atendida dia 12/02/2018 às 15h12min, vítima de queda , apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetida à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de radio distal esquerdo. Realizado cirurgia dia 22/02/2018 e alta medica dia 23/02/2018.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 22 de junho de 2018

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: A-ENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83)3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 102212 Ats: Nao Regulada
Data: 12/02/2018
Hora: 15:12:46
Recepcionista: GILMAR DE SOUTO CAVALANTI
Clinica: ORTOPEDIA

DADOS DO PACIENTE

Nome: BERNADETE CONSTANTINO DUTRA

CNS: 201398507610003 Sexo: F IDENTIDADE: 2006689 Fone: 987350156

Natural: ALAGOA NOVA/PB Data Nasc.: 25/09/1934 Id: 83 ano(s)

End.: RUA JOAO FERNANDES DE LIMA, 92

Bairro: CENTRO Cidade: ALAGOINHA UF: PB

Mae: MARIA AVELINO SOBRINHO

Pai: MANOEL CONSTANTINO DA SILVA

Raca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO

Estado Civil: VIUVO(A)

Ocupação: APOSENTADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: NORA - MARIA DA LUZ MATIAS DUTRA

Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD

Pt.endencia: UNIDADE DE SAUDE SESP DE GUARABIRA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: QUEDA

Vitima de violencia por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: O2%:

Queixa Principal

Q. A DE MOTO COM TRAUMA DE PUNHO ESQUERDO

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[X] Regular [] Chocado
[] Vomito

Observacao

NEGA DESMAIO SIC

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

Dr. Kartney Sarmiento
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 5804

COMPREV PREVIDENCIA S/A
24 SET. 2018
PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA



ata e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

ptde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

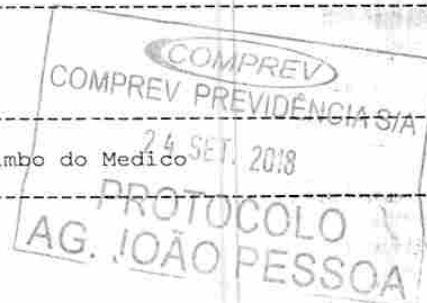
PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Deitado dorsal sob arcos

Incisão:

Achados:

Conduta:

1) Alargamento de cápsula
2) Alargamento de cápsula
3) Redução com bisturi do
4) Bursas até 2,0cm
5) Retirada de pele 5x10cm
Hemograma

Fechamento:

OBS:

COMPREV PREVIDENCIA S/A

24 SET, 2018

PROTOCOLO

AG. JOAO PESSOA

Dr. André Luís Siqueira
Ortopedia/Traumatologia -
Oncologia Musculoesquelética
CRM: 6207/033000297 TEOT 11797

Data:

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE
COMPLEXO DE SAÚDE DE GUARABIRA

Ortopedista Em. Suíne
Dr. Trago

ao 10h40



SUS
Sistema
Único
de Saúde

FLUXO DE REFERÊNCIA INTRA E INTER REGIONAL

FICHA DE ENCAMINHAMENTO Nº: _____	CLÍNICA: _____
DO HOSPITAL: <i>Hospital Regional de Guarabira</i>	
PARA O HOSPITAL: <i>Ortopedia</i>	
MÉDICO ASSISTENTE: _____	DATA: <i>1/1</i>

IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO:	
NOME: <i>Isabel Ruth Casagrande Dutra</i>	SEXO: <i>F</i>
PROFISSÃO: _____	DOCUMENTO: _____ Nº: _____
IDADE: <i>83a</i>	
ENDEREÇO: _____	BAIRRO: _____
MUNICÍPIO: _____	ESTADO: _____

ANAMNESE E EXAMES FÍSICOS SUMÁRIOS:
<i>Unha na unha na própria unha com fratura</i>
<i>na unha esquerda</i>

MEDICAMENTOS PRESCRITOS:
<i>Nortran (1h)</i>

DIAGNÓSTICO:	
PROVÁVEL: <i>Fratura na unha esquerda</i>	CID: _____

ASSINATURA DO PROFISSIONAL (CARIMBO):
<i>Márcio Piller Gonçalves</i> <i>Cirurgião Geral</i> <i>CRM 12345</i>



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: BERNADETE CONSTANTINO DUTRA				PRONTUÁRIO N°	
IDADE: 29	SEXO: MASC	COR	CLÍNICA Ortopedia	ENF.: 28	LEITO: 424
DATA DE ADMISSÃO: 23/01/2018		DATA DE ALTA: 23/02/2018		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL FRATURA DE RÁDIO DISTAL E				CID M 86	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO O mesmo					
TRATAMENTO TTO CIRURGICO + ATB					
PRINCIPAIS EXAMES E.F. + RADIOGRÁFICO					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA: AINE + ATB + ANALGESICO					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO				COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO	
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA (X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()				ÓBITO	

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente com história de trauma punho esquerdo sendo submetida a tratamento cirúrgico evoluindo sem intercorrências. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação analgésica e antibióticos. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo (a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por **15** dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em **30** dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve em **60** dias e com esforço maior em **90** dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:

Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: analgésicos + antibióticos.

RETORNO:

Ao posto de saúde em **21** dias.

Ao ambulatório do *Complexo Hospitalar Mangabeira* em **15** dias para revisão. (DR. *Alexandre Cesar Duarte*)

23/02/2018

Dr. Daniel B. Cavalcante
Ortopedia e Traumatologia
ASS. MÉDICO - C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01707.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01707.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:21 horas do dia 06 de setembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araújo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Brenda Dutra de Souza**, CPF nº 109.627.824-32, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Professora, filho(a) de Odete Dutra de Souza e José Roberto Targino de Souza, natural de Guarabira/PB, nascido(a) em 13/04/1997 (21 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Av João Fernando de Lima, Nº 130, bairro Centro, tendo como ponto de referência Praça João Fernando de Lima, na cidade de Alagoinha/PB, telefone(s) para contato (83) 98744-7542.

Dados do(s) Fatos:


Local: Sítio Mófo, Barragem de Cuitegi, Alagoinha/PB, bairro [Indeterminado]; Tipo do Local: zona rural; Data/Hora: 12/02/18 11:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

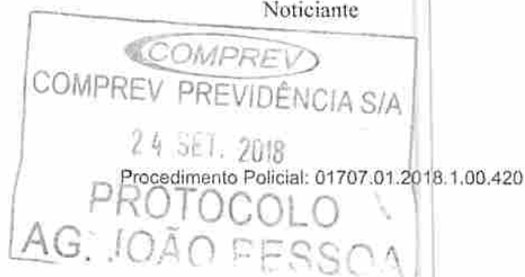
QUE trafegava com o veículo, tipo motocicleta marca e modelo: HONDA/NXR 150 BROS ES, ano e modelo: 2011/2012 de cor preta, placa: OFD 8668/PB, chassi nº 9C2KD0550CR002935, registrado em nome de José Roberto Targino de Souza, CPF nº 391.258.314-53; QUE segundo a notificante trafegava normalmente e que vinha de carona no veículo (moto) a pessoa de BERNADETE CONSTANTINO DUTRA, portador do CPF nº 713.331.004-00, Rg nº 2.006.689 2º VIA SSP/PB, filha de Maria Avelino Sobrinho e de Mandel Constantino da Silva, nascida em 25/09/1934 com 83 anos de idade; QUE segundo a notificante trafegava normalmente quando o veículo em que estava veio a derrapar jogando notificante e carona ao chão; Onde a pessoa do carona veio a se ferir; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 0878/2018, EXPEDIDA PELA DRª ROSÂNGELA MEDEIROS ESCOREL ALMEIDA, CRM/PB 3883, DATADO DE 22/06.2018, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido(a) por terceiro; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar. obs.: que antes a pessoa de BERNADETE CONSTANTINO DUTRA foi socorrido para o hospital regional de Guarabira

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 06 de setembro de 2018.


JOSE SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação


BRENDA DUTRA DE SOUZA
Notificante



Buscar no site

A
COMPANHIA

SEGURO
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos-de-
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICAS

SALA DE
IMPRESSÃO

TRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180444684 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA BERNADETE CONSTANTINO DUTRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB


BENEFICIÁRIO BERNADETE CONSTANTINO DUTRA

CPF/CNPJ: 71333100400




Posição em 22-11-2018 11:06:52

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, clique aqui para informar a situação do seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
22/11/2018	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25



Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
02/11/2018	Exigência Documental	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/qsQau1PCqWm3Cw1ibPWNrg api_key=__luhtGICJ26TECEjk5kzxyrFkeCeo3V3FKtVagOucMc=)
17/10/2018	Exigência Documental	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/4WQ9njPpVG9lclPvasdrZQ== api_key=__luhtGICJ26TECEjk5kzxyrFkeCeo3V3FKtVagOucMc=)
27/09/2018	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/igs5us0KcjlQx8m+JqzrA== api_key=__luhtGICJ26TECEjk5kzxyrFkeCeo3V3FKtVagOucMc=)

ACESSIBILIDADE





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

BERNADETE CONSTANTINO DUTRA, brasileira, casada, inscrita no RG sob o nº 2006689 SSDS/PB e CPF de n.º 713.331.004-00, residente e domiciliada a AV. João Fernando de Lima, n.º112, Centro, Alagoinha/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.055.146/0001-93, que poderá ser citada no Parque Sólon de Lucena, nº 641, Centro, CEP 58013-131, João Pessoa – PB, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

A promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante a promovente está sendo representada em juízo por advogado particular, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido, nesse sentido brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

1.2 – DO FORO

As vítimas de acidentes de trânsito agora podem optar por acionar judicialmente a seguradora para pedir a indenização do seguro Dpvat de acordo com a cidade em que for mais conveniente. Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a competência para decidir sobre o caso pode ser **DA JUSTIÇA DO LOCAL DO ACIDENTE, DA CIDADE ONDE MORA O REQUERENTE OU DE ONDE MORA O RÉU.**

A recentíssima Súmula 540 do STJ assenta que *"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Processo nº REsp 1357813

2) DOS FATOS

A promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **12/02/2018**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, a autora sofreu inúmeras lesões que a deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve fratura do Punho esquerdo, e foi Realizado o procedimento cirúrgico , **que o deixou com permanente debilidade em todo o membro superior afetado**, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

A demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 2.531,25 em 22/11/2018, conforme documentação acostada.

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

3) DO DIREITO





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRDESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, afim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige



a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)



Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)”**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4) DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;

b) ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar a diferença devida ao promovente equivalente hoje a perícia médica, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;

c) a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;

d) a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

e) ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

f) por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Protesta a AUTORA provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 843,75

A

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 20 de dezembro de 2018.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA
OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE
OAB/PB 14.438

MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA
OAB/PB 17.295



QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10
---	----





Poder Judiciário da Paraíba
5ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803483-61.2019.8.15.2001

DESPACHO.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia. Portanto, a audiência prévia de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo. De modo que, deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Em consequência, cite-se a promovida para oferecer contestação, em 15 dias úteis, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

Defiro a justiça gratuita, ante a comprovada hipossuficiência econômica do autor, ID 18944199.

J.PESSOA, 12/2/2019

ONALDO ROCHA DE QUEIROGA - JUIZ DE DIREITO



Nº do processo: 0803483-61.2019.8.15.2001
[Acidente de Trânsito]

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s):

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome: B R A D E S C O S E G U R O S S / A Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131 para querendo defender-se, no prazo de 15 dias. Advirta-a, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, cuja cópia segue em anexo.

JOÃO PESSOA, em 4 de julho de 2020.

De ordem, NILMA CRISTIANE BATISTA DE MORAES REGO
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:19013114231591400000018434741



CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, Citei o BRADESCO SEGURO, por via email:
16077440400@tjpb.jus.com.br, para o email:

vanda.wanderley@bradescoseguros.com.br, conforme recebimento que segue em anexo:

Veronica,

Recebido

Vanda Carmem F. Wanderley

8337 – Bradesco Seguros João Pessoa

Tel. (83) 3222-4837

vanda.wanderley@bradescoseguros.com.br

Bradesco Seguros S.A

Parque Solon de Lucena, 641 – Centro

João Pessoa – PB

O referido é verdade. Dou Fé. João Pessoa, 18 de agosto de 2020

Verônica Bezerra da Nóbrega Costa

Oficiala de Justiça - mat. 469.452-0





13/08/2020

Número: **0803483-61.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **31/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 843,75**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
BERNADETE CONSTANTINO DUTRA (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
32060427	04/07/2020 20:49	Mandado	Mandado



Nº do processo: 0803483-61.2019.8.15.2001
[Acidente de Trânsito]

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s):

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte Nome:
B R A D E S C O S E G U R O S S / A
Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131
para querendo defender-se, no prazo de 15 dias. Advirta-a, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial, cuja cópia segue em anexo.

JOÃO PESSOA, em 4 de julho de 2020.

De ordem, NILMA CRISTIANE BATISTA DE MORAES REGO
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO
DOCUMENTO:19013114231591400000018434741



Assinado eletronicamente por: NILMA CRISTIANE BATISTA DE MORAES REGO - 04/07/2020 20:49:04
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070420490343200000030728986>
Número do documento: 20070420490343200000030728986

Num. 32060427 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: VERONICA BEZERRA DA NOBREGA COSTA - 18/08/2020 16:31:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081816315427100000031910726>
Número do documento: 20081816315427100000031910726

Num. 33340077 - Pág. 2